

20. PROPOSTA – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS AMBIENTAIS:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal a proposta mencionada em epígrafe, com protocolo de colaboração técnica e financeira celebrar entre a Câmara Municipal de Braga e a QUERCUS.

PROPOSTA
Metodologia de Avaliação de ativos Ambientais

Considerando que:

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, tem como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente nos domínios do ambiente, promoção do desenvolvimento e no ordenamento do território;

O Carácter inovador da abordagem prevista no Protocolo que se submete à apreciação do Executivo;

Que a metodologia de avaliação ativos ambientais foi desenvolvida em conjunto pela UNEP- United Nations Environmental Program , UNSD- United Nations Sustainable Development Program. E CBD – Convenção de Biodiversidade e financiado pelo Governo Norueguês.

Que a metodologia considera 4 serviços ambientais que podem ser contabilizados como capital Natural:

1. Solos
2. Água
3. Biodiversidade
4. Carbono (floresta)

Que cada um destes serviços ambientais tem um valor que lhes é associado;

Que no caso do Estudo que agora se propõe se opta pelo enfoque no serviço ambiental de Carbono (floresta) por ser um dos ativos ambientais que possuem preço de mercado com metodologia já estabilizada.

Que a metodologia proposta considera o levantamento sistemático da cobertura florestal do Concelho de Braga e a quantificação deste ativo em CO2 equivalente seguindo a Metodologia dos ativos ambientais, desenvolvida em conjunto pela UNEP- United Nations Environmental Program , UNSD- United Nations Sustainable Development Program. E CBD – Convenção de Biodiversidade,.

Que em termos simplificados a metodologia para o Carbono (floresta) consiste:

1. levantamento e georeferenciação das áreas florestais do Concelho de Braga recorrendo à atualização do Inventário Florestal Nacional e outras fontes disponibilizados pelo Município.



2. Calculo da Biomassa Existente. (através de metodologias apropriadas e reconhecidas internacionalmente)
3. Calculo de Biomassa e calculo da quantidade de CO2 equivalente.
4. Recomendação das formas de valorização económica destes ativos, sempre associado a projetos de desenvolvimento sustentável
5. Preparação de dossier para validação por auditoria externa e que sirva de base à utilização do ativo ambiental florestal, traduzido em Carbono equivalente, para a emissão de "Green Bond"

Propõe-se a aprovação do protocolo em anexo.

Braga, 21 de novembro de 2018

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

Entre:

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, com o número de com o número de Identificação Fiscal xxxxxxxx, sita na Praça do Município, BRAGA, neste ato representada por Ricardo Rio, na qualidade de Presidente, com poderes para o ato nos termos do do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com a deliberação camarária de xxxxxxx, doravante designada por **PRIMEIRO OUTORGANTE**;

e

A QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza, com o número de Identificação Fiscal 501 736 492, sita no Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau, 1500-045 LISBOA, neste ato representada por João Filipe Fernandes Branco, portador do Cartão Cidadão n.º 07752541, Presidente da Direção Nacional, e por Nuno Miguel Oliveira Pegado de Matos Sequeira, portador do Cartão Cidadão n.º 09793807, Vogal da Direção Nacional, com poderes para o ato, doravante designada por **SEGUNDA OUTORGANTE**;

Considerando que:

- a) A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, tem como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente nos domínios do ambiente, promoção do desenvolvimento e no ordenamento do território,
- b) A QUERCUS é uma associação independente, apartidária, de âmbito nacional, sem fins lucrativos e constituída por cidadãos que se juntaram em torno do mesmo interesse pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais e na Defesa do Ambiente em geral, numa perspetiva de desenvolvimento sustentado.
- c) O FUNDO AMBIENTAL tem por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade, financiando entidades, atividades ou projetos que cumpram os objetivos enunciados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto;

É celebrado o presente protocolo de cooperação técnica que se rege nos termos das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

O presente protocolo de colaboração institucional visa regular a colaboração entre os OUTORGANTES com o objetivo de apresentação de candidatura junto do FUNDO AMBIENTAL que permita o financiamento para a elaboração da **“Estudo de suporte à análise dos ativos ambientais do Concelho de Braga e sua quantificação financeira”**.

CLÁUSULA SEGUNDA

OBRIGAÇÕES DO PRIMEIRO OUTORGANTE

Constituem obrigações da **Primeiro Outorgante**:

- a) Autorizar a QUERCUS a apresentar junto do FUNDO AMBIENTAL candidatura para financiar a elaboração, no Concelho de Braga, do estudo referido na Cláusula Primeira, cujos termos serão objeto de pormenorização em documento técnico anexo a este Protocolo;
- b) Autorizar a QUERCUS a apresentar junto de outros fundos e programas candidatura para financiar a elaboração para o Conselho de Braga do estudo cujo referido na Cláusula Primeira, cujos termos serão objeto de pormenorização em documento técnico anexo a este Protocolo;
- c) Prestar e disponibilizar toda a informação que tenha em seu dispor, considerada não confidencial, que seja considerada útil à execução do presente protocolo;
- d) Autorizar a QUERCUS a contratualizar com terceiros a elaboração de partes do estudo, objeto deste protocolo, que exijam a colaboração de especialistas nacionais e internacionais;
- e) Designar um Quadro superior que será o interlocutor da CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA junto da Equipa técnica que vier a ser constituída pela QUERCUS para a execução do presente protocolo;
- f) Cofinanciar a componente não financiada Pelo FUNDO AMBIENTAL ou qualquer outro fundo ou programa comunitário que venha a financiar o estudo objeto deste protocolo e cujo valor global estabelecido no documento técnico em anexo não poderá ultrapassar cinquenta mil euros.

CLÁUSULA TERCEIRA

DIREITOS DO PRIMEIRO OUTORGANTE

Constituem direitos do **PRIMEIRO OUTORGANTE**:

- a) Acompanhar e Verificar o andamento do estudo objeto deste Protocolo;
- b) Participar em todas as reuniões e demais atos de participação pública inerentes à metodologia de elaboração do estudo objeto deste protocolo;
- c) Durante a elaboração do estudo objeto deste protocolo, apreciar e propor as alterações que considere necessárias em todas as suas componentes, sempre com o objetivo de o melhorar e adequar aos objetivos do Município;

- d) Ficar com a propriedade do estudo objeto deste protocolo, salvaguardando no entanto os direitos de autor e propriedade intelectual inerentes à sua elaboração;

CLÁUSULA QUARTA

OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO OUTORGANTE

Constituem obrigações do Segundo Outorgante:

- a) Apresentar junto do FUNDO AMBIENTAL e de outros fundos e programas, candidatura para financiar a elaboração, no Concelho de Braga, do estudo referido na Cláusula Primeira, cujos termos serão objeto de pormenorização em documento técnico anexo a este Protocolo;
- b) Elaborar nos termos e condições do documento técnico em anexo, o estudo objeto deste protocolo, no prazo máximo de 12 meses após a obtenção do financiamento;
- c) Afetar à execução do presente protocolo os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados, sem prejuízo das limitações legais ou financeiras a que esteja sujeito;
- d) Contratualizar com terceiros, componentes do estudo objeto deste protocolo, sempre que se justifique pela complexidade e especificidade do mesmo;
- e) Disponibilizar ao Primeiro Outorgante, toda a informação relevante sobre a elaboração do estudo objeto deste protocolo;
- f) Solicitar a participação de representante do Primeiro Outorgante em todas as reuniões e demais atos de participação pública que sejam necessários para a persecução do objeto deste protocolo;
- g) Zelar pela boa organização dos processos de gestão documental, informática ou outra, comprometendo-se a disponibilizá-los à entidade financiadora a quem incumbe a fiscalização, inspeção ou auditoria, assegurando a sua manutenção até à cessação do presente protocolo e nunca por um período inferior a 10 anos;
- h) Devolver as verbas não utilizadas.

CLÁUSULA QUINTA
DIREITOS DO SEGUNDO OUTORGANTE

Constituem direitos do **SEGUNDO OUTORGANTE**:

- a) Gerir o financiamento obtido para a concretização do estudo objeto deste protocolo;
- b) Decidir sobre a melhor metodologia para a elaboração do estudo objeto do presente protocolo;
- c) Ficar com a propriedade intelectual dos documentos produzidos, e autorizado a eles fazer referência nas suas publicações escritas e comunicações orais

CLÁUSULA SEXTA
ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO

- a) Qualquer alteração a introduzir no presente protocolo no decurso da sua execução ou prorrogação será objeto de acordo prévio entre as partes e convertida em adenda, a qual só terá validade após a aprovação pelos órgãos de direção de ambas as entidades.
- b) Qualquer alteração que venha a ser introduzida no presente protocolo, nos termos do número anterior, e que respeite a qualquer uma das suas cláusulas, considera-se automaticamente integrada no texto originário.

CLÁUSULA SÉTIMA
ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO

- a) A qualquer uma das partes é conferido o direito de resolução do Protocolo, desde que se verifique ter havido por uma das partes o incumprimento reiterado das obrigações consubstanciadas no presente Protocolo
- b) Não serão considerados fatores de incumprimento os que resultem de casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA OITAVA
CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

- a) Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidades se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

- b) Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
- c) A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte bem como, informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
- d) A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
- e) É do conhecimento oficioso a verificação do caso fortuito ou de força maior quando o evento a que se refere o n.º 2 constitua facto notório, devendo considerar-se como tais os factos que são do conhecimento geral, e seja previsível a impossibilidade da prática do ato dentro do prazo.

CLÁUSULA NONA

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- a) As comunicações e notificações entre as partes devem ser efetuadas por via eletrónica para os seguintes contactos:

- 1) MINICÍPIO DE BRAGA: XXXXXXXXXXXXXXXXXX
- 2) QUERCUS: quercus@quercus.pt e joabranco@quercus.pt

CLÁUSULA DÉCIMA

DÚVIDAS NA INTERPRETAÇÃO E NA EXECUÇÃO DO PRESENTE PROTOCOLO

Ambas as partes acordam em conjugar esforços e recursos para que quaisquer dúvidas relacionadas com a interpretação e a execução do presente Protocolo sejam solucionadas por consenso e no mais curto espaço de tempo possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

PRODUÇÃO DE EFEITOS E VIGÊNCIA

O presente protocolo produz efeitos à data da sua assinatura e vigora até xxxxx sem prejuízo do cumprimento de todas as obrigações acessórias.

O presente Protocolo, que vai ser assinado e rubricado por ambos os Outorgantes, é feito em dois exemplares, valendo ambos como originais, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, xxxxxxx de 2018.

Primeiro Outorgante

Segundos Outorgantes

João Filipe Fernandes Branco
Presidente da Direção Nacional

Nuno Miguel Oliveira Pegado de
Matos Sequeira - Vogal
